

Missão do FMI pode chegar dia 23

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Depois de várias datas postergadas, a missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) deve chegar a Brasília no próximo dia 23, terça-feira desta semana, com o objetivo inicial de preparar o tradicional relatório para atender ao artigo 4º dos estatutos daquele organismo. Por aquele artigo, todos os países-membros do FMI são anualmente avaliados do ponto de vista dos principais indicadores econômicos, independente de serem ou não desenvolvidos, de serem países credores ou devedores.

No caso do Brasil, a missão está incumbida de preparar o relatório ainda referente ao ano de 1990, já que, a pedido do governo brasileiro, a vinda da missão programada desde o final do ano passado foi sucessivamente adiada. Essa missão será composta de início pelos técnicos do departamento ligado ao Brasil já que o chefe da divisão do Atlântico Sul é chefe da missão, o economista Thomas Reichmann, só deverá chegar no início de maio, depois de concluídos os trabalhos da reunião do comitê interino, marcado para o dia 28, em Washington.

Na verdade, a expectati-

va é de que em Washington, durante a reunião do comitê interino do FMI, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, dê início às primeiras conversas de caráter político, com o objetivo de abrir o caminho para uma futura negociação técnica de um programa econômico que atenda ao acordo "stand by" que o Brasil quer firmar com o organismo.

Tanto a ministra quanto o presidente do Banco Central (BC), Ibrahim Eris, têm reiterado que o País não tem condições de comprometer-se agora com um programa que pressuponha metas arroja-

das para o nível da inflação. É preciso, portanto, um entendimento político prévio com o diretor-geral do FMI, Michel Camdessus. Só depois é que se saberá se a missão do FMI ganhará ou não a característica de uma missão negociadora.

Até lá, os técnicos estarão debruçando-se sobre as estatísticas do balanço de pagamentos, das contas públicas, das contas nacionais e monetárias, além de avaliar os efeitos das medidas introduzidas pelo governo no dia 31 de janeiro, com a criação do Fundo de Aplicação Financeira (FAF).